

PERFIL DE ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO SÁ - MG

Josemary Soares Barbosa ¹

Ana Paula Damasceno Martins ²

Alexia Carol Jorge Araújo ³

Ana Cecília Miranda de Araújo Souza ⁴

Raquel Schwenck de Mello Vianna Soares ⁵

É notório que a acessibilidade nas escolas desempenha uma função fundamental na promoção da igualdade de oportunidades para os alunos com algum tipo de deficiência e/ou transtornos. De acordo com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, capítulo IV,

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015, p. 5).

A acessibilidade é um termo inovador para abrir os horizontes e efetivar a participação dos alunos nos processos de ensino, viabilizando um ambiente inclusivo, reconhecendo as necessidades específicas de cada aluno, permitindo a plena participação com suas necessidades e habilidades individuais (MEC, 2007).

O estudo faz uma análise sobre o perfil da acessibilidade na educação no município de Francisco Sá - MG. Mostra como é importante ver a acessibilidade não só como direito de ir e vir, contudo, a acessibilidade na educação implica direitos sociais previstos no Art 6º da Constituição Federal de 1988, onde traz que: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (p. 03). Ter escolas acessíveis permite que todos participem do processo educativo com equidade e autonomia, para que possam garantir futuros melhores.

A garantia do acesso à educação não significa que os estudantes terão a acessibilidade de que precisam. O direito do estudante com deficiência e/ou transtorno à matrícula nas escolas regulares comuns surge como um passo para a tentativa de retratação e eliminação da exclusão. Mas para além do acesso, há a acessibilidade que, no Brasil, vem culminar com a Política

¹ Professora supervisora: Pós-graduação em Inspeção Escolar – FIJ, joflaska@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Pedagogia – EAD da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, damascenovitoreduardo@gmail.com;

³ Graduanda do Curso de Pedagogia – EAD da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, alexiajorgearaujo99@gmail.com;

⁴ Graduanda do Curso de Pedagogia – EAD da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, anamiranda500@gmail.com;

⁵ Professora orientadora: Doutora em Educação, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, raquel.schwenck@ufvjm.edu.br.

Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no ano de 2007 (Brasil, 2007).

Tal documento vem trazer orientações sobre o processo de inclusão de Pessoas com Deficiência (PcD), do direito à educação e estratégias de acessibilidade, como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) que se organiza como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

Neste sentido, os discentes participantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) do subprojeto de Educação Especial Inclusiva dos cursos Pedagogia EAD e Letras (presencial) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM se organizaram para conhecerem melhor sobre a inclusão nas escolas da rede pública de ensino da cidade onde residem. Para tanto, o presente trabalho tem como objetivo traçar o perfil de acessibilidade em escolas públicas do município de Francisco Sá – MG.

Trata-se de um estudo quantitativo, descritivo e de corte transversal.

A amostra foi composta por 8 (oito) escolas públicas de Educação Básica do município de Francisco Sá – MG.

Como instrumento de coleta de dados, foi elaborado um questionário pelos próprios pesquisadores e inserido no *Google Forms* com questões fechadas e abertas sobre dados gerais da escola, como total de alunos matriculados, tempo da escola no município e dados específicos sobre a inclusão de alunos com deficiência e transtorno, como o número total de alunos, os tipos de deficiência/transtorno, a existência de sala de recursos e profissionais surdos nestas.

Foi realizada estatística descritiva com valores em frequência real e absoluta através do *Statistical Package for the Social Sciences - SPSS* versão 26.0 para *Windows*.

Os dados coletados por meio da aplicação dos questionários a servidores da escola, ora secretaria, ora a direção, pelos Pibidianos do subprojeto serão expostos a seguir:

De acordo com os dados coletados pode-se destacar que em todas as escolas pesquisadas há estudantes público alvo da Educação Especial (pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação) matriculados. A maioria das escolas possui um número considerável de estudantes com deficiência e/ou transtornos matriculados, 62,5% entre 11 e 20 estudantes. Estes dados corroboram com o aumento significativo de matrículas de alunos de Educação Especial incluídos em classes comuns, de acordo com o Censo da Educação Básica 2020 (MEC, 2020), onde registra-se que esses alunos eram 145.141, em 2003, e somavam 750.983, em 2015, segundo dados do Censo Escolar do Inep. Em modo processual, as matrículas em classes especiais e escolas especiais diminuíram, passando de

358.898 (2003) para 179.700 (2015) e o número de matrículas nas classes comuns passou de 27.031 (2009) para 102.996 (2020).

Em contraponto ao exposto, verifica-se o número reduzido (5 das 8 escolas não possui, o que corresponde à 62,5% do total) de Salas de Recursos Multifuncionais, sendo estas espaços da escola onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para alunos com deficiência, com estratégias de aprendizagem no aluno e que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar (Brasil, 2006). Em três das oito escolas entrevistadas, dispõem da sala de recursos, todavia, os estudantes das instituições que não possuem este benefício, são direcionados para as salas de recursos já existentes e a participação desses discentes se dá em contraturno. Vale ressaltar que no município em questão há a presença do professor de Libras para atender os alunos surdos, promovendo um ambiente acessível.

Ainda é possível depreender que os profissionais de apoio estão presentes em todas as escolas pesquisadas (100%) para acompanhar os estudantes com deficiência e/ou transtornos. A presença deste profissional nas escolas faz parte do Atendimento Educacional Especializado (AEE) cuja função é complementar, propor autonomia e independência na formação dos alunos, tendo como funções identificar, elaborar, constituir recursos pedagógicos e acessíveis, que vão contribuir para eliminação de barreiras existentes na participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas (Brandão; Ribeiro; Ruas, 2021).

O presente trabalho se propôs a traçar um perfil sobre a acessibilidade na educação da rede pública da cidade de Francisco Sá – MG. Com os dados coletados foi possível depreender que o público alvo da Educação Especial (pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação), em sua maioria, está matriculado nas escolas regulares comuns, uma vez que este público está presente em todas as escolas pesquisadas.

Além disso, foi possível depreender a importância do profissional de apoio a este público, uma vez que faz parte das estratégias de uma Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva dar apoio e equidade a todos os estudantes matriculados nas escolas regulares comuns. Estes profissionais conseguem levar ao estudante com deficiência e/ou transtornos uma forma de se adequarem ao cotidiano escolar, sentido-se parte de todo o ambiente, sendo, de fato, inclusivo.

Por fim, foi possível averiguar que, apesar de todos os esforços de uma política de implantação de Sala de Recursos Multifuncionais em todos os estados da federação, ainda há

muito o que se refletir e agir para a instituição destas em municípios de pequeno porte, como o deste estudo.

Por fim, pode-se depreender que as políticas afirmativas de inclusão estão tendo resultados satisfatórios para o público alvo da Educação Especial, uma vez que o objetivo maior desta é a inclusão das pessoas com deficiência e/ou transtornos e altas habilidades e superdotação em escolas regulares comuns. No entanto, ainda há alguns hiatos nestas políticas, como a formação adequada dos profissionais para trabalharem com este público e investimentos em AEE e suas vertentes de inclusão, como a Sala de Recursos Multifuncionais.

Após o explicitado foi possível depreender que ainda faltam pesquisas com relação à formação e atuação dos profissionais de apoio nas escolas regulares comuns, uma vez que não foi possível entrevistá-los e traçar um perfil mais específico.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), subprojeto Pedagogia EAD e Letras da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM.

Palavras-chave: Perfil, Acessibilidade, Educação Básica, Estudantes com deficiência e/ou transtornos.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, V.B.G.; RIBEIRO, I.T.S.; RUAS, K.N. Inclusão educacional e social: crianças com necessidades específicas e relação com profissionais de apoio. SN: 2675-6889 **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**. v. 2, n. 6, p. 1-15, out./dez. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

BRASIL. **Sala de recursos multifuncionais: espaço para Atendimento Educacional Especializado**. Elaboração Denise de Oliveira Alves, Marlene de Oliveira Gotti, Claudia Maffini Griboski, Claudia Pereira Dutra - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF: Senado Federal, 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2020**: notas estatísticas.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.